



## **Capela de Nossa da Senhora da Cabeça: pequena jóia do patrimônio cultural do Rio de Janeiro**

**N° 20040802**  
**Agosto - 2004**

Paulo Bastos Cezar - SETUR/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Urbanismo**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

## EXPEDIENTE

---

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : [www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br). Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

**Periodicidade:**

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

**Submissão dos artigos:**

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

**Conselho Editorial:**

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

**Coordenação Técnica:**

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

**Apoio:**

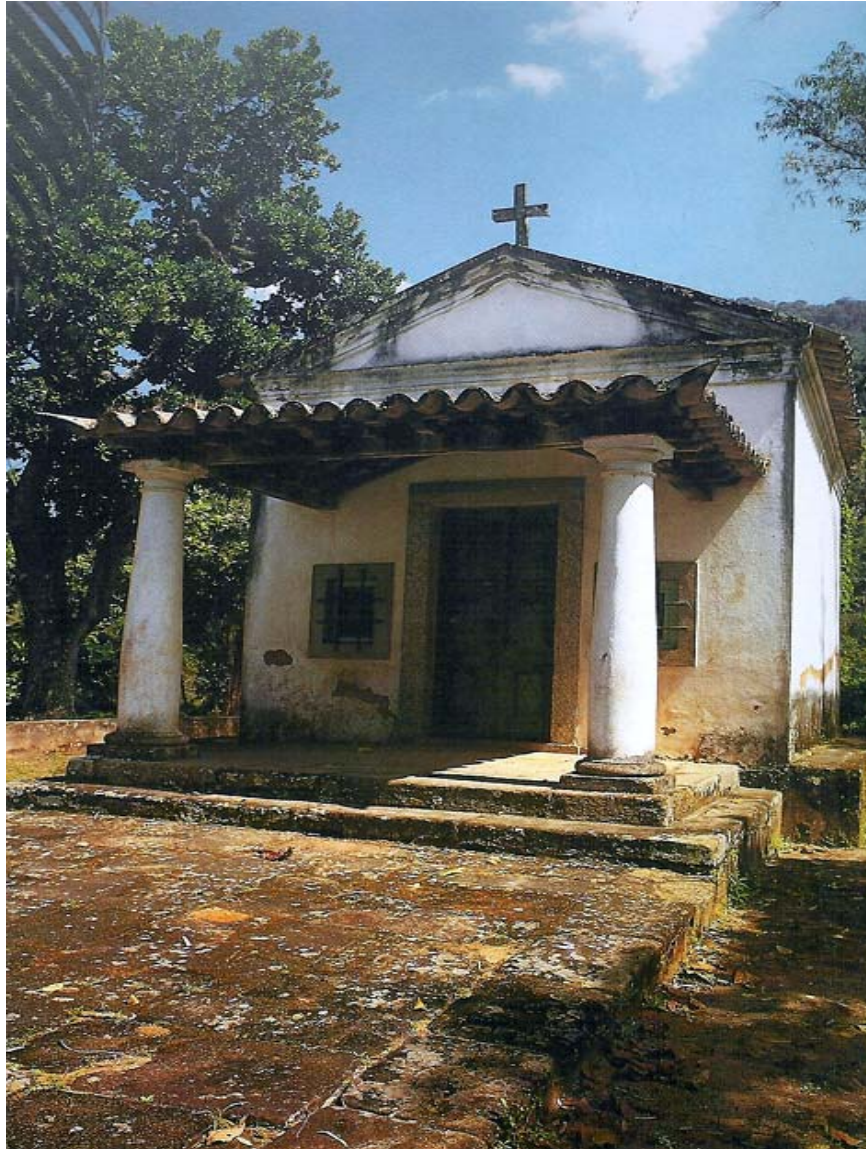
Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

# CAPELA DE NOSSA DA SENHORA DA CABEÇA: PEQUENA JÓIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

---

*Paulo Bastos Cezar - SETUR/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*



## **Nossa capelinha mais antiga**

Para respeitadas cronistas da história da nossa cidade, como Mello Moraes e Vivaldo Coaracy, celebramos nesse ano de 2004 os quatrocentos anos de consagração da capela de Nossa Senhora da Cabeça, no Jardim Botânico. Pouco

conhecida dos cariocas, por não estar aberta à visitação pública, ela é o nosso mais antigo templo religioso a manter sua configuração arquitetônica original. As alterações que sofreu não comprometeram sua modesta grandiosidade e seu estado de conservação é admirável.

Na ausência de registros documentais precisos, sempre persistirão dúvidas quanto à data precisa de construção dessa jóia da nossa arquitetura colonial. Segundo o IPHAN, ela teria sido erguida em data posterior a 1623. O pesquisador Carlos Eduardo Barata, em trabalho inédito, argumenta que a construção não poderia ser anterior a 1616. Seja como for, a capelinha do Jardim Botânico é uma rara testemunha dos primeiros anos de fundação de nossa cidade, e fiadora de nossa mais genuína tradição religiosa.

### ***História remota***

A capela de Nossa Senhora da Cabeça está situada a meia-encosta na face sul da Serra da Carioca, em área pertencente à União e cedida há quase 80 anos para a Casa Maternal Mello Mattos (rua Faro 80, Jardim Botânico). Segundo a hipótese mais difundida, ela teria sido construída a partir de 1603 e consagrada no ano de 1604.<sup>1</sup>

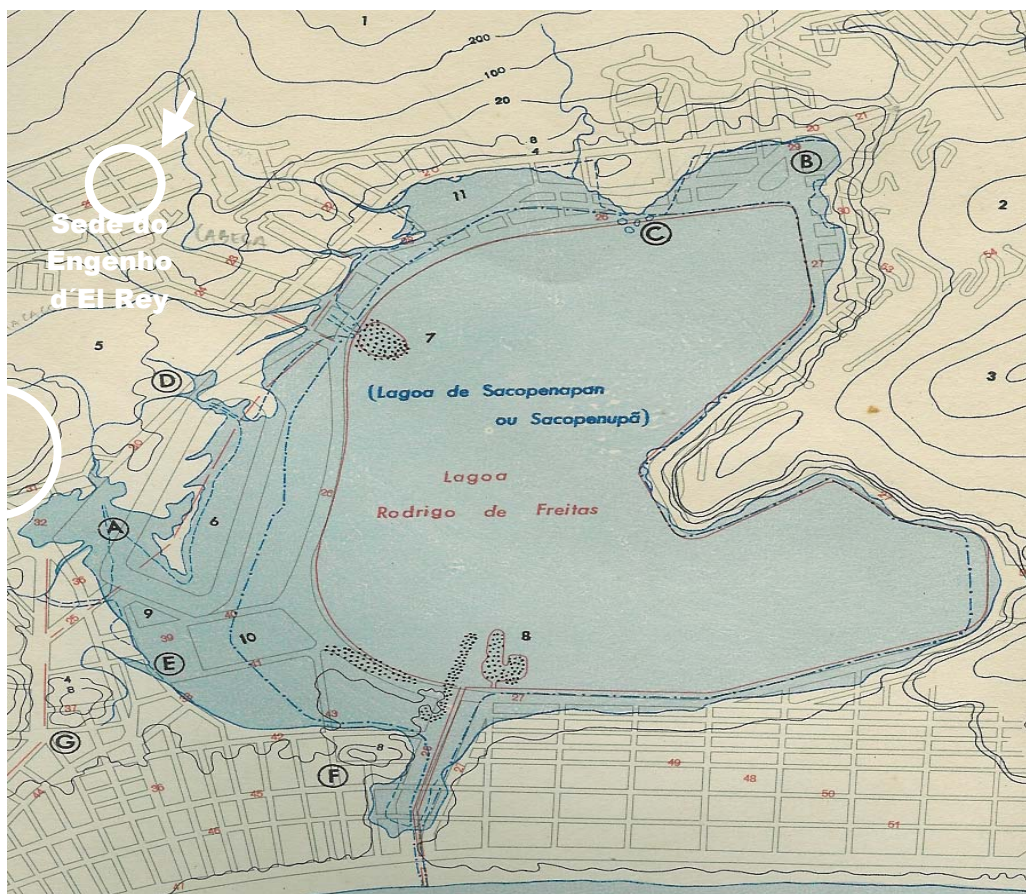
Quando foi erguida, a capela estava dentro dos terrenos do antigo Engenho d'El Rey, que se estendia por toda a área entre a lagoa e as encostas do Corcovado, entre a Gávea e o Humaitá, com sede na área onde hoje está o Jardim Botânico. Na época em que foram distribuídas as sesmarias aos primeiros colonizadores, foi reservada propriedade para a casa real portuguesa na região que oferecia encostas férteis, rico suprimento de água potável e ademais era fácil de defender. A capela principal do engenho foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A capelinha de Nossa Senhora da Cabeça, bem menor, foi construída a meia encosta da serra da Carioca, na sede de um dos sítios que compunham a sesmaria real, às margens de um riacho que também tomou o nome de Cabeça.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Coaracy, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965. Ver também Gerson, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Souza, 1954 e Moraes, A.J. Melo. *Brasil Histórico*, 3 vol. Rio de Janeiro, 1866-1868.

<sup>2</sup> Costa, Cássio. *História dos Subúrbios - Gávea*. Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, s/d.





Os limites originais da lagoa Rodrigo de Freitas, sobrepostos ao traçado urbano atual, na interpretação de Eduardo Canabrava<sup>3</sup>.

É certo que, de um modo ou de outro, a história da capela esteja relacionada a Martim de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro por duas vezes no início do século XVII - a primeira entre 1602 e 1608, e novamente entre 1623 e 1632.

Segundo alguns autores, a capela teria sido construída por ordem do próprio Martim de Sá, encarregado da recuperação do Engenho D'El Rey, onde a capela estava localizada, ainda no seu primeiro termo de governo<sup>4</sup>. Essa hipótese esbarra no fato de que, na época da primeira governança de Martim de Sá, o engenho já havia sido vendido pela Casa Real.

A Coroa portuguesa tivera seguidos desgostos com os resultados do engenho de açúcar que mandara construir nas margens da lagoa de Sacopenapã. O negócio não progredia apesar dos vultosos recursos enviados a pedido dos governadores encarregados, e o rei de Portugal optou finalmente por vendê-lo em 1579 a Diego de

<sup>3</sup> Canabrava Barreiros, Eduardo. *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – Ensaio. 1565 – 1965*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, 1965.

<sup>4</sup> Costa, Cássio. *História dos Subúrbios – Gávea*. Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, s/d.; ver também Coracy, *cit.*

Amorim Soares.<sup>5</sup> Em junho de 1609 a propriedade foi transferida ao genro de Diogo, Sebastião Fagundes Varela. Quase um século depois, em 1702, uma bisneta de Varela, herdeira única da propriedade, casou-se com o comerciante português Rodrigo de Freitas Mello e Castro, que passou a ser o senhor do engenho. Assim, tendo assumido o governo em 1602, Martim de Sá não poderia ser encarregado de administrar a grande fazenda da Lagoa em nome do Rei, que já não era seu titular a essa altura.

Não se pode contudo atribuir a uma coincidência o fato de ocorrerem na mesma época a chegada de Martim de Sá e a designação da capela. O mais provável é que o proprietário do engenho tenha mandado erguê-la, dedicando-a a Nossa Senhora da Cabeça, em homenagem ao governador recém-nomeado, Martim de Sá, devoto daquela santa como se verá mais adiante.

Martim de Sá (1575 – 1632) foi o primeiro carioca a governar a cidade onde nasceu e viria a falecer. Esteve envolvido em campanhas militares contra índios, holandeses e franceses no território dos futuros estados do Rio, São Paulo, Minas e Espírito Santo. Como governador do Rio construiu fortes e reduziu os índios carijós em torno dos padres jesuítas na aldeia de São Francisco Xavier (com o que começou a povoação do atual bairro da Tijuca). Por sua ordem foi iniciada a construção do aqueduto da Carioca, somente concluída no século seguinte. Foi também provedor da Santa Casa de Misericórdia. Seu filho, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, também governou a cidade em três ocasiões ao longo do século XVII, como já o haviam feito outros membros do mesmo clã - Salvador Corrêa de Sá e antes dele Mem de Sá, no século anterior.<sup>6</sup> Por mais de 300 anos essa família, cujos primogênitos viriam a receber o título de Viscondes de Asseca, manteria posição de força no governo da cidade e da capitania.

Martim de Sá voltou a ser governador entre 1623 e 1632. No primeiro ano de seu novo termo, o governador requereu para si o arrendamento de terras na baixada de Jacarepaguá, o que a Câmara lhe concedeu.<sup>7</sup> Nessas terras, Martim de Sá ergueu um vasto engenho de açúcar, que também dedicou a Nossa Senhora da Cabeça. Esse fato gerou alguma confusão na crônica da cidade, pois alguns autores entendem ter havido dois engenhos com o mesmo nome, um na Lagoa e outro em Jacarepaguá,

---

<sup>5</sup> Bardy, Cláudio. *O Século XVII, in Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos*, Governo do Estado da Guanabara e Distribuidora Record, 1965.

<sup>6</sup> Belchior, Elycio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Livraria Brasileira Editora, Rio de Janeiro, 1965.

<sup>7</sup> Costa, *cit.*

hipótese que o registro fundiário não confirma. Por essa mesma razão, há quem situe a construção da capela da Cabeça no Jardim Botânico em uma data posterior a 1623 (pois teria que ser posterior ao aforamento do Engenho da Cabeça). Porém, mesmo nessa discutível hipótese a capela do alto da Rua Faro continuaria a ser nossa igreja mais antiga a manter sua configuração arquitetônica original.

Apesar de sua importância para a história da cidade e do país, Martim de Sá até hoje não foi homenageado com um único logradouro, escola pública ou outro equipamento urbano relevante no Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

### **Devoção**

Martim de Sá, que se casara em Cádiz com Dona Maria de Mendonça y Benevides, filha do governador daquela cidade, trouxe de lá duas imagens da santa, de quem se tornara fervoroso devoto. Uma das imagens ficou na Sé Velha, até que se perdeu no início do século XX. A outra ficou na capela dedicada à santa, mas tampouco essa chegou aos nossos dias.

A aparição de Nossa Senhora da Cabeça ocorreu em 1227, na cidade de Andújar, alto vale do rio Guadalquivir, na região da Andaluzia, Espanha, a um pastor chamado João Rivas, em um monte denominado Cabeza. Ela é representada trazendo à mão uma cabeça, e a ela se dedicam inúmeros ex-votos de cabeças de cera – o primeiro, segundo a tradição, ofertado por um condenado à morte por decapitação que, após solicitar a intercessão da santa, foi salvo no último minuto por um indulto real.<sup>9</sup>

### **A antiga fazenda se divide em chácaras**

A fazenda da lagoa permaneceu no domínio da família de Rodrigo de Freitas desde 1702 até o início do século XIX, quando teve início seu progressivo desmembramento. Em 1805 uma chácara denominada “da Cabeça” foi aforada a um certo Francisco José da Rocha<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Instituto Pereira Passos, Diretoria de Informações Geográficas.

<sup>9</sup> [http://artesanatocosta.com.br/nsra\\_cabecas.htm](http://artesanatocosta.com.br/nsra_cabecas.htm)

<sup>10</sup> Escritura de 22-07-1805. Pesquisa de Carlos Eduardo Barata.



O *Plano da Lagoa Rodrigo de Freitas* do Ten. Cel. Reis e Gama, de 1809<sup>11</sup> é a primeira imagem que temos da região: florestas e plantações de cana de açúcar ocupando as encostas acima das margens da lagoa, e os caminhos e edificações então existentes. O mapa mostra que a grande fazenda estava dividida em 3 sítios, 55 chácaras e 5 casas, e indica o nome de seus ocupantes<sup>12</sup>. Uma legenda assinala a posição da casa do Padre Manuel Gomes, cura da paróquia de Nossa Senhora da Cabeça.



O mapa de 1809 indicando a área da Chácara da Cabeça. A foz do Rio da Cabeça corresponde atualmente à localização do Hospital da Lagoa.

De fato, o registro fundiário identifica que em 1827 a Chácara da Cabeça, sítio 56, era ocupada pelo vigário da Freguesia da Lagoa, Manuel Gomes Souto. Em 1830 o vigário renunciou ao curato, mas permaneceu residindo na chácara pelo menos até

<sup>11</sup> *Plano da Lagoa de Rodrigo de Freitas. Elevado pelo Tenente Coronel Carlos José de Reis e Gama e pelo Capitão Jacques Auguste Coni e sendo desenhada pelo mesmo Ten. Coronel em janeiro de 1809. Nanquim e aquarela 98,2 x 69,5 cm. Cópias desenhadas e coloridas a mão em 1855 e 1870. Arquivos do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro.*

<sup>12</sup> Costa, *cit.*



1838, conforme o registro do pagamento de foros. Em 1848 os assentamentos passam a referir-se a Maurício Gomes da Silva e de Pedro Gomes de Alcântara, apontados como herdeiros do Padre Manuel Gomes Souto<sup>13</sup>.

### ***Visitantes ilustres***

A primeira imagem conhecida da capelinha é de autoria do francês Charles Clarac, e foi pintada em 1816. No título o autor faz menção a laranjais e a um aloés em flor. Note-se que a capela tinha ainda uma sineira defronte à varanda e um corpo posterior em meia água, ambos já demolidos.



*A chácara da Cabeça plantada com laranjais, em 1816<sup>14</sup>.*

Maria Graham, a inglesa que nos deixou um valioso registro de suas viagens ao Brasil nos anos da Independência, esteve na chácara da Cabeça em 21 de dezembro de 1821, uma sexta feira<sup>15</sup>. Foi recebida pelo padre Manuel Gomes, que morava em uma habitação modesta com um quarto de dormir, cozinha e despensa, além de uma

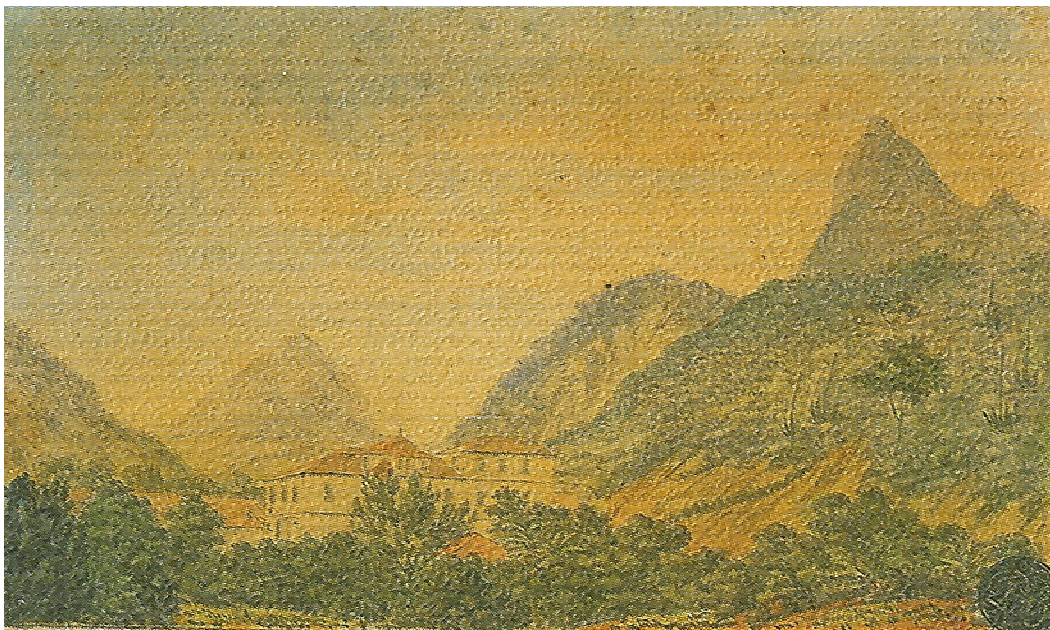
<sup>13</sup> Pesquisa de Carlos Eduardo Barata.

<sup>14</sup> Clarac, Charles Othon Frédéric Jean-Baptiste. *Vue du Lac de Freitas belle plantation d'oranges, sur le devans de Plantes Grasses, un Aloes em Fleur*. Sanguínea 30,0 x 39,0, datada 1816. Coleção Museus Castro Maya.

<sup>15</sup> Graham, Maria. *Diário de Uma Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956 - p.180

varanda. Próximo, meia dúzia de casinhas abrigavam os negros que trabalhavam nos cafezais que cercavam o curato, onde se encontravam também laranjeiras, limoeiros e outras frutas.

A capela, embora muito acanhada, foi descrita como sede de uma extensa paróquia, ministrando os sacramentos e concedendo licenças para casamentos, enterros e batizados. “Um claro riacho despenha-se montanha abaixo, saltando de pedra em pedra, em mil cascatas pequenas, e formando lá e cá esplêndidos locais para banhos. Também não está sem habitantes, que aumentam o luxo simples da mesa do padre. Ele nos informa que os caranguejos de seu rio são melhores que os outros da vizinhança. A própria água é pura, clara e delicada”. Após o almoço, Maria sentou-se na varanda e desenhou um lindo panorama da Lagoa, que contudo não mostra a capelinha.



*A chácara da Cabeça por volta de 1825, na visão de Jean-Baptiste Debret.*

Contrastando com a modesta habitação do pároco descrita por Maria Graham em 1821, havia na propriedade em 1825 uma ampla residência senhorial, registrada em aquarela<sup>16</sup> pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret. A capelinha não aparece, mas distingue-se uma sede de três pavimentos, com pelo menos duas edificações de apoio, cercada por plantações com a mata ao fundo. Finalmente, em março de 1833 foi a vez de Karl Von Thieremín visitar a capela e retratá-la em um esboço em sépia, cujo original

<sup>16</sup> Debret, Jean-Baptiste. *Chácara da Cabeça na Lagoa Rodrigo de Freitas*, 1820-1830C, aquarela; 16,3 x 25,1 cm. Coleção Museus Castro Maya.

encontra-se na coleção da família em Nancy, França<sup>17</sup>. No título da gravura, o autor registra que a capelinha mantinha ainda sua torre sineira.

### **A família Faro**

O registro dos foros pagos à Fazenda Nacional revela que em 1850 a Chácara da Cabeça havia sido desmembrada em pelo menos três chácaras menores, numeradas como 7, 7 A e 7 B, sendo que a principal delas havia sido vendida a José Fernandes de Castro<sup>18</sup>. A partir daí iniciou-se um processo de sucessivas subdivisões das propriedades da região, que daria origem ao atual bairro do Jardim Botânico e seus logradouros.

No mesmo ano de 1850, a chácara 7A foi vendida a Luís Pereira Ferreira Faro, de destacada família do Império, que por sucessivas aquisições viria a se transformar em proprietário de muitos dos terrenos da vizinhança. Pedro Gomes de Alcântara, herdeiro do velho cura Manuel Gomes, manteve para si a chácara 7B. A servidão que dava acesso às chácaras originou a atual Rua Faro.<sup>19</sup> O antigo caminho que levava à chácara da Cabeça, indicado nos mapas anteriores, corresponde à Rua Benjamim Batista.

A partir de 1871, os primeiros bondes de tração animal da *Companhia de Carris do Jardim Botânico* passaram a ligar o bairro ao centro da cidade, promovendo intensa valorização imobiliária<sup>20</sup>. Nessa altura, a família Faro já havia adquirido inúmeras propriedades na futura Rua Faro, na Rua do Jardim Botânico, na Rua da Floresta (atual Pacheco Leão) e na Estrada Dona Castorina. Foram eles os grandes beneficiários do intenso parcelamento do solo que se seguiu.

O patriarca da família fora Joaquim José Ferreira de Faro, português natural de Braga, comerciante e plantador de café na província fluminense. O apoio que deu a Pedro de Alcântara nos dias tumultuados da independência foi seu passaporte para a elite política e militar do novo Império. Seu filho legítimo, João Pereira Darrigue Faro (1803-1856), serviu como oficial da Guarda Nacional, veador (administrador) da Imperatriz, depois membro do Senado da Câmara e da Assembléia Provincial, vice-presidente do Banco do Brasil e vice-presidente da província do Rio de Janeiro. Por

---

<sup>17</sup> Ver registro no excelente catálogo de Gilberto Ferrez, *Iconografia do Rio de Janeiro*. Casa Jorge Editorial, Rio de Janeiro, 2000. Vol. I, pg. 336.

<sup>18</sup> Pesquisa de Carlos Eduardo Barata.

<sup>19</sup> Pesquisa de Carlos Eduardo Barata.

<sup>20</sup> Noronha Santos. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*. Typografia do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1934.



três gerações, a começar por ele, os varões da família ostentaram o título de Barão do Rio Bonito. Sua principal fazenda de café está na raiz do distrito de Ipiabas, na região de Barra do Pirai<sup>21</sup>.

A chácara da Cabeça foi adquirida em 1850, como já vimos, pelo segundo Barão do Rio Bonito, Luís Pereira Ferreira Faro, filho de João Pereira Daguirre Faro. Foi ele quem reformou o antigo casarão retratado por Debret em 1825 e o transformou no magnífico sobrado que, um pouco descaracterizado, domina a chácara até os dias atuais. Em 1877, segundo o registro fundiário, a chácara pertencia a Luis Pereira Ferreira Faro – filho e homônimo do proprietário original, nascido em 1856 e batizado na capela de Nossa Senhora da Cabeça em abril de 1857. Estudou medicina na Universidade de Pisa, na Itália, retornando para estabelecer clínica no Rio de Janeiro. Casou-se com Isabel Tosta da Silva Nunes, razão pela qual a chácara da Cabeça também já foi designada como Chácara do Tosta<sup>22</sup>. O primo de Luís, José Pereira de Faro, assumiu a administração das fazendas de café e, com elas, o título de terceiro Barão do Rio Bonito.<sup>23</sup>

Em 1879, no auge do poder da família Faro, a chácara foi retratada pelo pintor italiano Nicolau Antonio Facchinetti, em uma magnífica paisagem da Lagoa onde a capelinha aparece em primeiro plano<sup>24</sup>. A imagem revela que nessa época já não existia a torre sineira retratada por Clarac em 1816, e também que ainda não tinha sido assentado o pavimento em pedra talhada defronte à capela.

---

<sup>21</sup> Macedo, Joaquim Manuel de – *Brazilian Biographical Annual*, vol. II, p. 299. Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro, 1876.

<sup>22</sup> Pesquisa de Carlos Eduardo Barata. A designação de *chácara do Tosta* está registrada no título do óleo de Facchinetti.

<sup>23</sup> Lery Santos, Prezelindo – *Pantheon Fluminense*. Typographia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1880.

<sup>24</sup> Facchinetti, Nicolau Antonio. *Lagoa Rodrigo de Freitas e a Capelinha da Chácara do Tosta*. Óleo sobre madeira, 13x23cm, datado de 1879.



*A paisagem da Lagoa tomada da capelinha da Cabeça,  
na visão de Nicolau Facchinetti, em 1879.*

### ***A chácara é adquirida pela União***

A Chácara da Cabeça, incluindo a capelinha, era de propriedade de Custódio da Costa Braga e sua mulher em maio de 1902, quando foi adquirida pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, com o objetivo de “conservação e pureza das águas” da represa do Rio Cabeça, captadas junto às encostas da Serra da Carioca<sup>25</sup>. Naquele ano, o manancial do Rio da Cabeça trazia em média 4,3 mil metros cúbicos diários de água para alimentar as redes de abastecimento público no bairro do Jardim Botânico, representando 2,5% do suprimento total da cidade.

Na época, a edificação principal era um “prédio assobradado de pedra e cal, construção nobre (...) com um grande pátio nos fundos, tendo dos lados dois puxados (...). Esse imóvel divide-se em dois grandes salões, corredor ao centro, 6 quartos, terraço e um porão; nos dois puxados tem 6 quartos e cozinha e pequenas dependências”. Havia ainda duas construções menores, destinadas a residência de guardas ou operários do Distrito, que haviam sido “adquiridos pela Repartição em data anterior a 1890”.

<sup>25</sup> Escritura de 12 de maio de 1902, registrada no Tabelião Evaristo. Ver Ministério de Viação e Obras Públicas, *Relatório da Comissão de Patrimônio*, vol II. Empreza Brasil Editora, Rio de Janeiro, 1922.

No início da década de 1920 a chácara da Cabeça foi cedida pela União para que o juiz José Cândido Albuquerque de Mello Mattos instalasse ali um abrigo para órfãos e crianças abandonadas. Mello Mattos havia sido designado como primeiro titular do Juizado Privativo de Menores da Capital Federal, criado pelo Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923. Ele foi também autor do nosso primeiro Código de Menores (decreto no. 17.943a, de 12 de outubro de 1927) que expressava o pensamento conservador da época mas introduziu conceitos importantes como a perspectiva educacional ao lado da infracional e a responsabilidade paterna. Com Mello Mattos, estabeleceu-se um novo modo de abordar a questão da infância desvalida no Brasil, e a Casa Maternal instalada na Chácara da Cabeça foi testemunha desse processo.



*Juiz Mello Mattos*

A inauguração da Casa Maternal ocorreu na véspera de Natal de 1924<sup>26</sup>. O juiz e sua esposa, Dona Francisca,<sup>27</sup> haviam-se engajado em uma campanha para obter apoio de comerciantes, industriais e políticos, visando angariar fundos para a manutenção da Casa. Em 13 de junho do ano seguinte foi constituída a Associação Tutelar de Menores, que desde então é a instituição mantenedora. Os estatutos originais já previam que os serviços da Casa Maternal seriam prestados por congregações religiosas<sup>28</sup>. A Associação foi dirigida durante muitos anos por figuras

---

<sup>26</sup> Segundo placa existente no local.

<sup>27</sup> Sobre Mello Mattos, ver Falcão, Regina Lúcia de Andrade. *A balança e o tear: o papel do juiz Mello Mattos na implementação das leis de proteção ao trabalho infantil no Rio de Janeiro (1924-1929)* Tese de Mestrado apresentada ao IFICS/UFRJ, 1995.

<sup>28</sup> Estatutos da Associação Tutelar de Menores, mimeo, disponível nos arquivos da Casa Maternal.



da sociedade com ação filantrópica, mas desde 1982 está sob responsabilidade das próprias freiras<sup>29</sup>.

Mello Mattos ainda estava à frente da instituição quando, em 1934, o Ministério da Educação e Saúde alocou recursos para a construção de um pavilhão anexo ao antigo casarão, destinado a novos alojamentos para as crianças.<sup>30</sup> Em 1948, uma reportagem de *O Dia* informou que a capela estava em razoável estado de conservação, sob os cuidados do agostiniano Frei Américo, mas que o antigo casarão ameaçava ruir<sup>31</sup>.

Atualmente, a Casa Maternal Mello Mattos faz parte da rede de obras sociais e educacionais da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. É administrada pela Congregação das Freiras Carmelitas Descalças Servas dos Pobres, sob a responsabilidade de Madre Maria José do Espírito Santo.<sup>32</sup> Abriga 160 crianças com idades entre 2 e 14 anos. Sua manutenção depende basicamente da renda patrimonial da Congregação, de repasses da Prefeitura e do Governo do Estado e da receita auferida pela Lanchonete Nossa Senhora do Carmo, localizada nos pilotis da PUC do Rio e conhecida pelos alunos como “bar das freiras”.

A Prefeitura fornece apoio nutricional para as 70 crianças que têm até 3 anos e 11 meses, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. As crianças têm aulas de informática e participam de um coral com instrutores remunerados. A Casa é eventualmente utilizada para locações pela TV Globo – em 2004 foi usada como orfanato da telenovela *Celebridade*.

Na capela não são oferecidos serviços religiosos regulares, mas ela pode ser reservada para casamentos e batizados. A visitação deve ser agendada.

## **Arquitetura**

A capela de Nossa Senhora da Cabeça ocupa 499 metros quadrados de área construída<sup>33</sup> em um único pavimento, com planta aproximadamente quadrada, e tem capacidade para umas 20 pessoas sentadas. O telhado, de duas águas em telha canal, é sustentado por pilares de seção quadrada, que se justapõem ao

<sup>29</sup> Entrevista com Madre Maria José do Espírito Santo, junho de 2004.

<sup>30</sup> Segundo placa existente no local.

<sup>31</sup> Correio da Manhã, novembro de 1948 – Coluna “Notas Históricas” de Roberto Macedo.

<sup>32</sup> <http://www.arquidiocese.org.br/>

<sup>33</sup> Cadastro Municipal, Instituto Pereira Passos, Diretoria de Informações Geográficas.

frontispício. As paredes são de pedra e cal, com cerca de um metro de espessura. Na fachada sul, encimada por um frontão triangular simples, abrem-se uma porta e duas janelas. O entorno imediato é pavimentado em pedra talhada. Os acréscimos registrados na iconografia do século XIX – o cômodo posterior em meia água, talvez uma sacristia, e a torre sineira – já haviam desaparecido em 1879. No registro de bens de valor cultural da cidade, elaborado pela Riotur, a capelinha de Nossa Senhora da Cabeça é descrita como “um autêntico exemplar da arquitetura rural do período colonial, não estando filiada a nenhum estilo que não seja a honestidade para com os materiais e o meio”.<sup>34</sup>

Há registro de obras de reforma da capela em 1856, 1902 e 1943<sup>35</sup>, a primeira delas sob a família Faro, as duas últimas após a aquisição pelo governo federal. Uma outra reforma foi promovida pelo IPHAN na época do tombamento, recuperando os elementos construtivos e removendo o piso ladrilhado em padrão xadrez, mas sem interferir no retábulo<sup>36</sup>.

A capela foi tombada em 13 de agosto de 1965 pelo antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do processo 0632-T-61, e tomou a inscrição número 384. Na ficha de tombamento, a capela foi descrita como tendo “fachada simples composta por frontão triangular e ombreiras de cantaria, com duas janelas gradeadas e uma porta almofadada (com beirais de cantaria). O acesso à capela é precedido de copiar, apoiado em duas colunetas de estilo toscano. Internamente possui apenas um cômodo pavimentado com lajotas de barro e coberto por abóbada de berço feita de alvenaria. Possui retábulo de madeira com veios policromados”.

As colunas toscanas que sustentam o copiar ou alpendre foram construídas após 1962, pois o registro fotográfico desse ano, incluído no processo de tombamento, revela que o telhado apoiava-se em quatro montantes metálicos – o que aliás já ocorria em 1879, segundo o óleo de Facchinetti. A gravura de Clarac, de 1816, sugere que já existiram montantes de cantaria, ou de madeira pintada. O alpendre é uma característica das capelas rurais do século XVII, com a função de abrigar peregrinos durante as festas religiosas.

---

<sup>34</sup> Mendonça Teixeira, Milton. *O Rio de Janeiro e suas Igrejas*. Rio de Janeiro, Riotur, 1988.

<sup>35</sup> Placa existente no interior da capela.

<sup>36</sup> Processo de tombamento pelo IPHAN.



*Registro fotográfico da capelinha em 1962 (esquerda) e 1961, com o alpendre apoiado em montantes metálicos<sup>37</sup>.*

Por trás do retábulo, existem um nicho em alvenaria de pedra e cal aparente, fragmentos de pintura de elementos florais e também os resquícios de um arco emoldurando o nicho, com a inscrição +EST. Esses elementos, descobertos durante o processo de restauração, parecem remontar às origens da capela, sugerindo uma fórmula de decoração anterior à instalação do retábulo.<sup>38</sup> Na configuração atual, eles ficam ocultos pelo retábulo.

<sup>37</sup> <http://www.iphan.gov.br/ans.net/>

<sup>38</sup> Uria, Ernesto Yanatallai e outros. *Capela de Nossa Senhora da Cabeça. Histórico e Restauração do Retábulo*. Mimeo, s/d. Acervo do C/DGPC, Prefeitura do Rio.





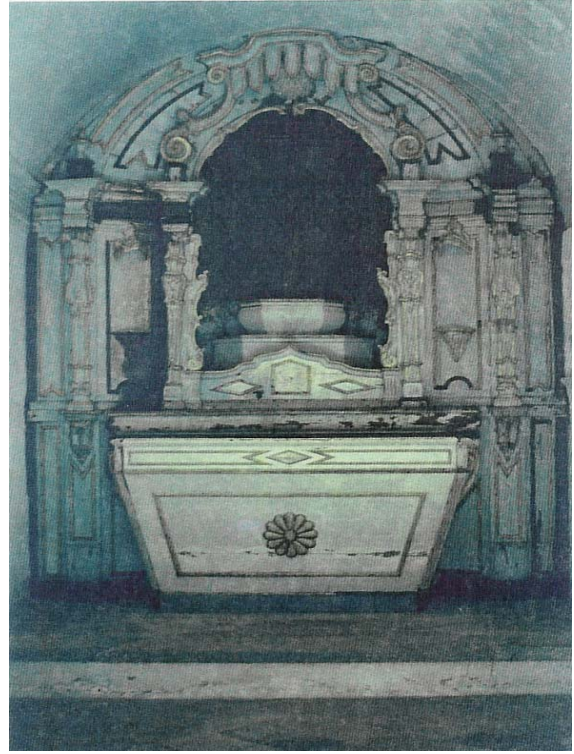
*Foto do interior da capela, feita quando o retábulo havia sido removido para restauração. Note-se o nicho na parede norte, e também o arco na junção desta com a parede leste, acompanhando a curvatura da abóbada. O arco está decorado com elementos florais, com a inscrição +EST no entablamento.*

### **O retábulo**

Os retábulos em talha dourada e policromada são muito freqüentes na arte religiosa luso-brasileira. Por suas características de construção e estilo, provavelmente o exemplar em questão foi construído entre o final do século XVIII e meados do XIX. Compõe-se de “elementos escultóricos leves e de grande simplicidade, que lhe proporcionam unidade rítmica (...) com decoração distribuída de forma organizada, (tendo) na voluta de pequeno relevo seu elemento decorativo de maior destaque”.<sup>39</sup> O retábulo dispõe-se em três planos horizontais – base, corpo central e baldaquino. No centro, o camarim (encaixado no nicho da parede) abriga a banqueta que serve de base para a imagem principal.

---

<sup>39</sup> Uria e outros, *cit.*, pag.20.



*O retábulo da capela em três momentos: acima, antes de 1965 (esquerda) e logo após a restauração de 1990. Ao lado, a situação atual.*

Por volta de 1990, uma equipe de especialistas da qual participaram Ernesto Yanatelli Uria, Flávio Porto Borges e 6 outros técnicos executou extensos e cuidadosos trabalhos de restauro no retábulo da capela. Foi identificada uma camada de pintura mais antiga, da qual conservaram-se apenas alguns elementos fitomorfos no fundo do camarim e o monograma *A.M.* na banqueta da imagem principal. Os restauradores constataram que posteriormente, possivelmente no início do século XIX, foi sobreposta uma camada de tinta azul acinzentada, com detalhes com pão-de-ouro, que depois recebeu uma repintura com tonalidade azul-claro, reforçando-se a douração dos detalhes com purpurina. Finalmente, provavelmente

em meados do século XX (reforma de 1943?), o aspecto original foi completamente alterado, com a pintura à base de óleo de cor branca, com tratamento marmorizado (“mármore fingido”) e pintura em cor negra dos detalhes antes dourados.

O trabalho de restauro optou por recuperar o aspecto do retábulo após a pintura em azul acinzentado, executada provavelmente do início do século XIX. As camadas posteriores de tinta foram removidas, bem como algumas partes que haviam sido atacadas pela umidade ou por insetos xilófagos. O resultado final, em função do partido adotado pelos restauradores, foi uma peça “que não escondia as marcas de sua história”, pois deixou janelas abertas no retábulo, onde a madeira original havia sido corrompida, e a aparência esmaecida da pintura antiga.<sup>40</sup>

Em 1992, pouco depois de concluído o restauro, e em circunstâncias que não foi possível esclarecer, nova intervenção foi promovida no retábulo, com a aplicação de outra camada de tinta azul-clara e preenchimento das janelas que resultaram da ação do tempo. Em vistoria realizada em 1996, o IPHAN condenou essa última intervenção, determinando a remoção da repintura, o que não foi realizado até o momento. O fato foi objeto de representação do Ministério Público junto à 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, originando uma ação civil pública ainda em andamento, na qual o réu é a entidade mantenedora da Casa Maternal Mello Mattos, titular da cessão de uso do imóvel<sup>41</sup>.

A imagem de Nossa Senhora da Cabeça que se encontra atualmente na capela tem 62 cm de altura, feita em dois blocos verticais de madeira policromada, com técnica característica da imaginária em gesso (pintura de alfaiate ou estuque). As características da pintura e os cabelos lisos denotam um estilo neoclássico tardio. A túnica branca com detalhes em verde, decorada com elementos de relevo dourado, sugere que ela foi confeccionada entre o final do século XIX e o início do século XX. Foi restaurada em 1990 pela mesma equipe que trabalhou sobre o retábulo.<sup>42</sup>

\* \* \*

Ao se completarem essas notas, a antiga capelinha de Nossa Senhora da Cabeça havia atraído mais uma vez a atenção dos cariocas. O prefeito da cidade visitou o local em 16 de junho, comprometendo-se a apoiar o trabalho da Casa Maternal e a manutenção da capela. Foram mobilizadas a Secretaria Municipal de

<sup>40</sup> Uria e outros, *cit.*, pág. 51.

<sup>41</sup> Ver Ofício PROJUR/IPHAN/RJ no 060, de 30/7/1996.

<sup>42</sup> Uria e outros, *cit.*, pág.38.



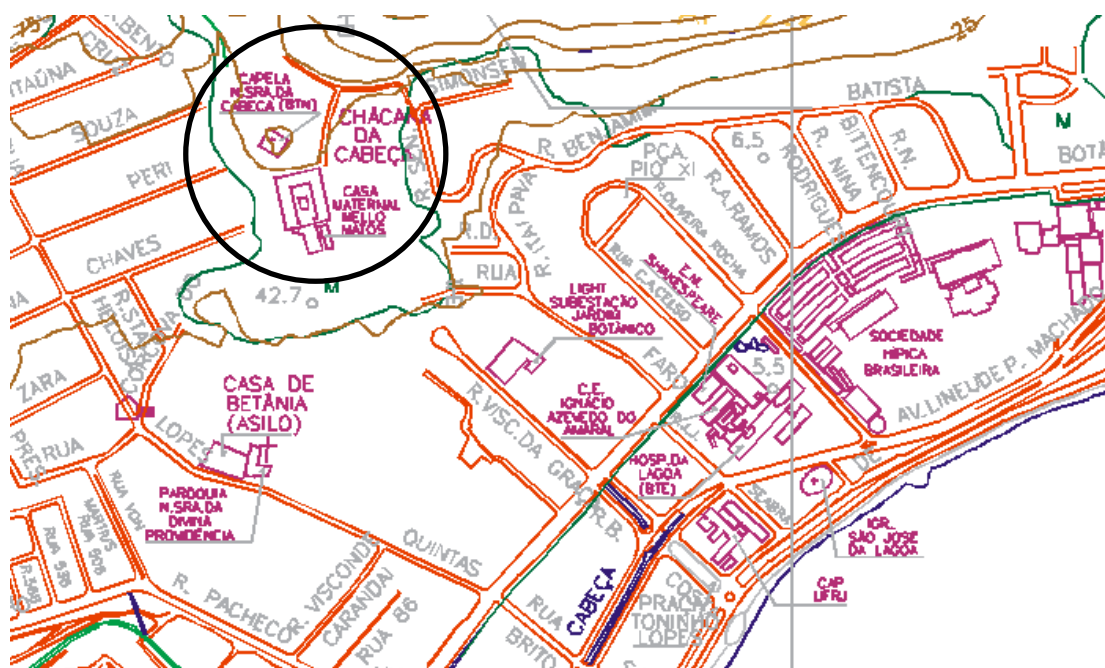
Assistência Social, a Secretaria Municipal das Culturas e a Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro. Pelo menos um novo convênio de apoio financeiro já havia sido firmado em julho, além dos que já contribuía para a manutenção da casa. A imprensa também se interessou pela história do templo, e patrocinadores se dispuseram a cobrir custos na restauração necessária, e ajudar a construir um modelo auto-sustentado para a manutenção da capela.

Em 13 de agosto de 2004, por meio do Decreto 24.525, o Prefeito determinou a inclusão da Capela de Nossa Senhora da Cabeça entre os bens tombados pelo Município do Rio de Janeiro.





## Localização



A área do Jardim Botânico onde se situa a antiga Chácara da Cabeça, vista em foto aérea e em restituição cartográfica.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Instituto Pereira Passos, Base Cartográfica da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

## **A Capela de Nossa Senhora da Cabeça: pequena jóia do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro**

Pesquisa e texto: Paulo Bastos Cezar.

Agradecimentos: Carlos Eduardo Barata, Ana Lúcia Vilar, Cristina Micaêlo, Ana Tereza Barrocas, Ana Redig, Madre Maria José do Espírito Santo, Galeno Martins de Almeida e Pedro Tórtima.

Foto da capa: Pedro Oswaldo Cruz (1992)